

POLÍTICA DE GESTÃO DE COLEÇÕES:

MUSEU UNIVERSITÁRIO, CURADORIA
INDÍGENA E PROCESSO COLABORATIVO

MARÍLIA XAVIER CURY, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL

PhD. Professora associada do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Coordenadora do InterMuseologias – Laboratório Interfaces entre Museologias – Comunicação, Mediação, Públicos e Recepção.

E-mail: maxavier@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4661-9525>

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i30p165-191>

RECEBIDO

06/07/2020

APROVADO

15/12/2020

POLÍTICA DE GESTÃO DE COLEÇÕES: MUSEU UNIVERSITÁRIO, CURADORIA INDÍGENA E PROCESSO COLABORATIVO

MARÍLIA XAVIER CURY

RESUMO

Os museus carregam uma herança colonialista colocada em cheque por modelos teóricos e metodológicos, sob a orientação das áreas sociais e humanas. O artigo visa a discutir como o museu universitário pode propor novos parâmetros pela ação colaborativa. A discussão centra-se na gestão de acervo, “lugar” de cruzamento das políticas institucionais. Trataremos da curadoria da exposição “Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas – Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena”, que promoveu o entendimento indígena sobre museu universitário, a autorrepresentação e a intenção de doação de objetos contemporâneos. O contexto é o Museu de Arqueologia e Etnologia (USP) e os atores são os Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena das Terras Indígenas Araribá, Icatu e Vanuíre, em São Paulo. Queremos apresentar as expectativas indígenas na musealização, para refletir sobre o papel do museu universitário na produção de sentidos preservacionistas e as motivações para a doação, colocando lado a lado herança e legado. Também, como o museu vê a representação e a autorrepresentação, como incorpora novos processos em face de políticas e procedimentos a serem reestruturados. O debate segue nos aspectos antropológicos e museológicos que estruturam novos pensamentos e possibilidades de práxis para os museus.

PALAVRAS-CHAVE

Gestão de acervo, Colaboração, Curadoria, Museus universitários.

COLLECTIONS MANAGEMENT POLICY: UNIVERSITY MUSEUM, INDIGENOUS CURATORSHIP AND COLLABORATIVE PROCESS

MARÍLIA XAVIER CURY

ABSTRACT

Museums are imbued with a colonialist heritage that is analyzed via theoretical and methodological models of social sciences and humanities. This paper thus discusses how university museums can propose new parameters through collaborative action. The discussion focuses on collection management, the “space” where institutional policies meet, dealing with the curatorship of the exhibition “Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas – Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena” (Resistance now! Strengthening and uniting indigenous cultures – Kaingang, Guarani Nhandewa and Terena), which promoted indigenous understanding about the university museum, self-representation and the intent of donating contemporary objects. The chosen environment is the Museum of Archeology and Ethnology (USP) and the actors are the Kaingang, Guarani Nhandewa and Terena from the Indigenous Lands Araribá, Icatu and Vanuíre, in São Paulo. We present indigenous expectations in musealization in order to reflect on the role of the university museum in the production of preservationist meanings and the motivations for donation, placing heritage and legacy side by side. Likewise, we verify how the museum sees representation and self-representation, and how it incorporates new processes in the face of policies and procedures to be restructured. The debate continues on the anthropological and museological aspects that structure new thoughts and possibilities on the praxis for museums.

KEYWORDS

Collections management, Collaboration, Curatorship, University museums.

1 INTRODUÇÃO¹

O museu etnográfico carrega a herança da colonização na sua estrutura de organização e nas coleções coletadas no passado carregadas de representação. As críticas antropológica e museológica, entre outras, têm seus olhares no *modus operandi* do museu, buscando pensamentos e praxes que garantam os espaços de direito de populações e grupos culturais à musealização de coleções, com as quais se relacionam em termos de identidades, memórias, afirmações e lutas por direitos. Por isso também há uma dimensão política num processo de oposição a um sistema hegemônico de controle e dominação historicamente construídos, mas de autorrepresentação como manifestação descolonial.

São inúmeras as coleções indígenas sob a guarda de museus sem, muitas vezes, o conhecimento dos seus herdeiros por direito. As responsabilidades dos museus são muitas, desde informar sobre as coleções que guardam, até dar acesso a elas, o que implica, entre tantas ações, trabalhos de curadoria indígena, estudo das coleções e a elaboração de exposições.

Uma indagação é como o museu deve se colocar na relação com os povos indígenas, seja revelando posições e critérios adotados no passado,

¹ Trabalho ampliado das apresentações na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul, 2019, (RS) e no International Colloquium on Participatory, Social and Critical Museology, 2020, Chile.

muitos deles ainda vigentes, seja revendo e propondo ações diferenciadas no presente. A participação indígena no museu com os objetos de seus antepassados deve ser cada vez mais constante, introduzindo outras narrativas e saberes, respeitando-se os valores e as formas indígenas de organização. Os museus vêm adotando metodologias de ação conjunta que visam a relações dialógicas, em torno do que seja museu e sobre como pode atuar na democracia.

Neste artigo, a particularidade apresentada é a relação entre museus e povos indígenas, com atenção aos Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena das Terras Indígenas (TI) Araribá (Avaí), Icatu (Braúna) e Vanuïre (Arco-Íris), em São Paulo. Há, no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE-USP), coleções desses grupos formadas a partir da coleta no outrora território Kaingang e nas Terras Indígenas. Após décadas de distanciamento, os Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena se encontraram com os objetos dos antigos, para trazer as coleções para o presente de suas vidas e lutas. Coube ao MAE-USP, um museu universitário, desenvolver a colaboração para o diálogo necessário, recolocando a autoridade do museu na relação intercultural. A estratégia adotada recaiu sobre a comunicação museológica (exposição e ação de educação) que permitiu aos grupos o que almejavam – visibilidade, reconhecimento e autorrepresentação. O pano de fundo que se coloca é a opção descolonial e o papel social do museu universitário.

A Europa acumulou significado e os museus universitários acumulam duplamente os significados que mantêm o pensamento colonialista. “Museus e universidades foram e continuam sendo duas instituições cruciais para a acumulação de significado e para a reprodução da colonialidade do conhecimento e dos seres” (MIGNOLO, 2018, p. 310), o eurocentrismo. Para Quijano (2005), como racionalidade ou conhecimento aceito, tornou-se mundialmente hegemônico e colonizador associado “à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América” (p. 126).

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida.

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. (QUIJANO, 2005, p. 129-130)

A estrutura de museu que conhecemos se consolidou no século XIX, mas surgiu no Renascimento sob o princípio da colonialidade: “a necessidade de converter e civilizar os habitantes do planeta que ainda estavam fora da história, os bárbaros e os primitivos” (MIGNOLO, 2018, p. 311), no caso, o museu etnográfico e natural ganhou seu espaço na relação com outras culturas, das colônias e daqueles externos à história europeia. O museu de Franz Boas teve grande importância, pois consistiu, de fato, em mudança no que se refere ao capital europeu sobre as histórias do “outro” (MIGNOLO, 2018, p. 312).

Uma das formas de se manter no museu uma lógica hegemônica é a naturalização das desigualdades que se expressam nas narrativas e representações, formação de coleções, escolhas museográficas e expográficas etc., e no ocultamento de intenções para perpetuar-se no pensamento neoliberal. Nesse sentido, Oliveira e Santos (2019) nomeiam como “ilusão museal” as coleções descontextualizadas do passado, esvaziando-as dos fundamentos de formação, estetizando-as fora do museu de arte, e colocando-as na lógica de mercado. Para Price (2016), “higienização” é a remoção ou alteração de informações que acompanham os objetos, o que afeta o significado original destes em exposição, para favorecer uma apresentação estética para contemplação de objetos. A “higienização” opera para o silenciamento da história, provocando o apagamento de narrativas e personalidades. Na visão neoliberal recai a “diversidade cultural como a soma de culturas que compartilham um mesmo território, sem contradições, sem assimetrias, sem tensões sociais, em uma aparente ‘paz social’ e em uma relação natural com o entorno” (GALINDO, 2019, p. 101, tradução nossa).

Uma das tarefas do museu universitário é realizar ações experimentais, abrindo espaço para outras propostas, possibilidades, visões e pensamentos, o que deve atingir todos os setores museais e as ações que compreendem a curadoria – ciclo que compreende a formação de coleções, estudos da cultura material, a salvaguarda (conservação e documentação) e a comunicação (exposição e educação). Tarefa difícil em se tratando

das pressões da mídia e da própria universidade – cada vez mais corporativa (MIGNOLO, 2018, p. 310) –, um contrassenso, muito da descolonização do pensamento está na universidade que, ao mesmo tempo, resiste a isso. O eurocentrismo e a hegemonia estão nos museus e temos o desafio de revelar as diferenças a que a descolonização² se refere.

Talvez o *Mining the museum*, de Fred Wilson, nos ajude a refletir sobre a descolonialidade no museu, movimento que revela os pressupostos subjacentes na própria instituição e “usa a instituição para revelar o que foi escondido nas histórias coloniais de escravidão e também as consequências do racismo. Um ato de desobediência epistêmica e estética em seu melhor estilo” (MIGNOLO, 2018, p. 318). O ato de desobediência epistêmica é uma mudança de lógica com uma opção descolonial explícita em face de outras opções e posições que coabitam o mesmo lugar – o museu. A diversidade, a diferença e a inclusão fazem parte das conquistas da museologia, campo interdisciplinar, com a abertura de espaços museais para a “convivência na relação social e politicamente válida, circunscrita nos mínimos acordos de uma democracia que descansa na interculturalidade” (BARONA, 2016, p. 61). Com isso, a musealização derruba a particularização sobre o “outro” cultural, aqui os grupos indígenas, para aproximação das realidades do pesquisador e do pesquisado, aqui os povos indígenas no Brasil, para divisão de lugares comuns (BARONA, 2016), superando essa relação fechada. Os processos colaborativos não são recentes, mas são ainda novos como método, sempre experimental, porque as circunstâncias nunca são iguais. Eles já vêm sendo aplicados pela museologia, arqueologia, antropologia, educação e outras áreas há décadas.

Para Chipp Colwell, a arqueologia colaborativa não é o fim, o que poderia recair no risco de reinscrever o poder colonialista: “colaboração é um ato de descolonização”. O autor complementa: “colaboração é um meio para igualdade, reciprocidade e justiça” (COLWELL, 2020, p. 45).

² Conforme Santos (2018), não há consenso sobre descolonial e decolonial. A autora sintetiza uma posição: “é relevante pontuar que as diferenciações postas por estes termos articulam-se como teóricas e políticas. O decolonial encontra substância no compromisso de adensar a compreensão de que o processo de colonização ultrapassa os âmbitos econômico e político, penetrando profundamente a existência dos povos colonizados mesmo após ‘o colonialismo’ propriamente dito ter se esgotado em seus territórios. O decolonial seria a contraposição à ‘colonialidade’, enquanto o descolonial seria uma contraposição ao ‘colonialismo’, já que o termo *descolonización* é utilizado para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais, como o fazem Castro Gómez e Grosfoguel (2007) e Walsh (2009). O que estes autores afirmam é que mesmo com a descolonização, permanece a colonialidade” (SANTOS, 2018, p. 3).

Como método (COLWELL, 2020; ROCA, 2015), concordamos que a colaboração se estrutura no trabalho conjunto, em pesquisa com grupos culturais envolvidos em todas as etapas de desenvolvimento e com objetivos comuns e benefícios mútuos, prática baseada na negociação entre os diferentes e discordantes, uma outra interdisciplinaridade na forma como se planeja e executa a pesquisa. Por tudo, é um lugar metodológico novo que promove pluralidade, multivocalidade e a divisão de poder na tomada de decisão. Um aspecto interessante sobre a interculturalidade no museu – confluência, interação entre culturas, reciprocidade e convivência ativa – é que ela deve se dar em diferentes níveis, a começar pela pesquisa, antes mesmo de se vislumbrar a comunicação expositiva como intercultural.

A experiência colaborativa parcialmente discutida neste artigo foi denominada pelos grupos indígenas envolvidos como “Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas – Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena”³. Trata-se de ação de comunicação museológica que integra exposição e educação, baseada na pesquisa-ação, pois, na colaboração como prática, não há o observador distanciado e o observado, todos são sujeitos ativos implicados e em interação. Se, por um lado, “durante a pesquisa de campo é difícil saber quem é realmente o ‘eu’ e o ‘outro’, o observador e o observado” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 13), por outro, as relações nem sempre são tão simétricas, tampouco os impactos, ganhos ou perdas são equilibrados entre as partes. A colaboração associada à pesquisa-ação não é uma solução imediata, pauta-se em novos procedimentos e abordagens experimentais que, ao constatar as formas colonialistas de formação e curadoria de coleções indígenas no passado, busca elaborar novos caminhos de reconciliação, o que só é possível com a aproximação de agentes museais e indígenas. Nessa dialética, na relação, as partes envolvidas se reconhecem “tanto como conhecedoras quanto como conhecidas” (FABIAN, 2019, p. 41).

Como parte do processo de curadoria, com os Kaingang (TI Icatu e Vanuíre), Guarani Nhandewa (Aldeia Nimunendaju, TI Araribá) e Terena (TI Icatu e Aldeia Ekeruá, TI Araribá), SP, desenvolvemos a requalificação das coleções formadas no território outrora Kaingang (centro-oeste e oeste

³ Pesquisadora responsável e coordenação de Marília Xavier Cury, com Carla Gibertoni Carneiro, Maurício André da Silva, Viviane Wermelinger Guimarães e equipe da Divisão de Apoio à Pesquisa e Extensão (Dape), e demais setores do MAE-USP.

paulista) e terras indígenas. As coleções se formaram no fim do século XIX e início do XX (Kaingang), destacando-se as doações da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e do Serviço de Proteção aos Índios; e 1947 (Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena), por Herbert Baldus, Harald Schultz e Egon Schaden (CURY, 2019b).

Ao longo dos trabalhos de curadoria, concepção que abrange as ações em torno do objeto museológico em que todos os envolvidos são curadores, os indígenas participantes recebem essa chancela e, igualmente, todos os membros da equipe de profissionais do MAE-USP.

Assim, o objetivo do artigo é apresentar uma experiência de colaboração em museu universitário, no recorte da requalificação e gestão de coleções, como base para discussão sobre novos parâmetros que coloquem atores culturais na participação direta e efetiva, contribuindo com reflexivas que compreendam uma museologia construída na relação com o “outro” cultural, os indígenas, sujeitos implicados nas ações museais do MAE-USP (CURY, 2020b). Há muito tempo, o museu vem falando sobre os povos indígenas por meio dos seus objetos musealizados. O que se propõe é uma fala com os povos indígenas, sobretudo para eliminar da pauta museal a exclusão – falar pelos indígenas –, e não estamos nos referindo à inclusão, mas aos direitos indígenas à musealização de seus patrimônios culturais.

2 MUSEU EM CRISE

As grandes mudanças na museologia passam a acontecer após a criação do Conselho Internacional de Museus (Icom) em 1946. No Icom, nomes proeminentes como Georges Henri Rivière e Hugues de Varine influenciaram o caminhar da museologia para o pensamento da descolonização. Cabe lembrar o tema da conferência geral do Icom – “Museu a serviço do homem, hoje e amanhã” – em 1971, ano que se tornou referência para o que passou a ser denominado como Nova Museologia, marcando a presença da museologia nos debates internacionais de mudanças profundas no pensamento, em consonância com as reivindicações civis e liberação de minorias após os anos 1960. Como movimento ideológico, seus precursores já publicavam, a partir de 1970, textos inovadores e descoloniais (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Não por acaso, um dos marcos da museologia, a Declaração de Santiago do Chile, foi elaborada em 1972, como também as Declarações de

Québec (Canadá, 1984) e de Caracas (Venezuela, 1992). Articulações criam o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom) em 1985.

Na expansão ou superação dos marcos da Nova Museologia, surgem das bases sociais outras museologias que valorizam o protagonismo, a soberania e autonomia de grupos sociais – Museologia Social, Museologia Indígena, Museologia Afirmativa (SANTOS, 2017), como também a Sociomuseologia, vertente sociológica em oposição a uma museologia normativa (CARVALHO, 2015); a Museologia Crítica (LORENTE, 2020), e a Museologia Subalterna (MORALES, 2012), que revelam o colonialismo e a hegemonia nos museus, visão crítica também seguida pelos *museum studies* (DUARTE, 2013). Nessa perspectiva, podemos considerar os processos de indigenização dos museus, que engloba a Museologia Indígena. Contudo estamos tratando do impacto nos museus tradicionais de qualquer tipologia, mas especialmente os antropológicos.

As experimentações sociais influenciaram os museus tradicionais e, entre essa grande categoria, os museus etnográficos, arqueológicos e os universitários. Uma das principais contribuições está na ampliação coleção/patrimônio, edifício/território e público visitante/sociedade. Mais recentemente, considero a ampliação representação/autorrepresentação. Movimento e prática, a museologia nos museus tradicionais hoje se renova, a função social do museu se adequa constantemente a realidades diversas, a parâmetros da diversidade e participação, e à ampliação de alcances sociais. Seria uma limitação considerar o alcance do museu no edifício que abriga as coleções, como considerar o caráter educacional do patrimônio apenas naquilo que se musealiza institucionalmente, como ainda entender o público de museu como aqueles que vão à instituição (edifício). O edifício não é o museu, consiste em proteção física e conforto para as pessoas, mas sua ação não é limitada. Rompeu-se a ideia dentro e fora, intramuros e extramuros, quem sabe e ensina, quem não sabe e aprende, quem pesquisa e quem é pesquisado, o ativo e o passivo etc. De acordo com Lauro Zavala (2013), vivemos um modelo tradicional de museu, mas vislumbramos um museu emergente. Não existindo na práxis, o modelo emergente se constrói em experimentações que o sustentam metodologicamente. A esse estado entre modelos, com vivências diversas muitas vezes contraditórias, podemos denominar de museu em transição (CURY, 2016b). Na transição, há muito

para ser feito no que se refere às intenções e opções para a descolonização. Por isso afirmamos que os museus seguem em crise e se recolocam nas crises (BOLAÑOS, 2009-2010).

Na virada dos anos 1970, os movimentos civis colocaram a cultura e os museus em crise. Quanto aos povos indígenas na América, as reivindicações civis se reverteram em políticas públicas que, como tal, afetam diretamente a representação dos povos originários nos museus. Nos Estados Unidos da América (EUA), em 1989, foi promulgado o National Museum of the American Indian Act, que atendeu às reivindicações de repatriação de remanescente humanos e objetos fúnebres dos povos originários, preparou inventários dessas coleções no Smithsonian Institution e promoveu a criação do National Museum of American Indian, implantado em 2004 com participação indígena. Em 1990, foi criada a Native American Graves Protection and Repatriation Act (NAPGRA) que definiu as políticas museais na relação com os povos originários nos EUA.

No Canadá, em 1982, foi constituída a Assembly of First Nations (AFN). Em 1988, em Ottawa, Georges Erasmus, líder da AFN, abre o “Preserving our heritage: a working conference for museums and first people” após protestos contra a exposição “The spirit sings”. Em 1992, é publicado *Turning the page: forging new partnerships between museums and first peoples – task force on museums and first peoples*, parceria entre a AFN e a Canadian Museum Association. Entre o Canadá e os EUA, temos dois nomes a destacar: Michael Ames (1985, 1990, 1992), sendo emblemática sua obra *Cannibal tours and glass boxes, the anthropology of museums*; e James Clifford (1997), com o texto “Museums as contact zones”.

No Brasil, com a Constituição de 1988, as políticas públicas se voltam às especificidades, como saúde e educação diferenciada. A Política Nacional de Museus (BRASIL, 2003) se abre às diferentes segmentações sociais e manifestações. A articulação entre o MinC e o Ministério da Justiça, pelo Instituto Brasileiro de Museus, cria o Programa Pontos de Memória⁴ (BRASIL, 2017) para promover processos museológicos em comunidades diversas, entre elas as indígenas. Com a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural e o MinC, o Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e

⁴ Portaria nº 315, de 6 de setembro de 2017.

Desenvolvimento do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ) realizam, em 2009, o evento Experiências Indígenas com Museus e Centros Culturais no MN-UFRJ, com a finalidade de:

criação e a operacionalização de uma rede de articulação entre museus etnográficos e centros culturais indígenas, voltada para fortalecer o protagonismo indígena na reflexão e na implementação de propostas de valorização e divulgação dessas culturas. (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 15)

A obra *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal* resulta do evento. Na Introdução, temos a relação dos participantes indígenas de diversas regiões brasileiras, especialmente do Norte e Nordeste (OLIVEIRA; SANTOS, 2019).

O primeiro museu indígena no Brasil foi o Magüta, criado em 1991; o segundo é o Kanindé, no Ceará, criado em 1995 pelo cacique Sotero, José Maria Pereira dos Santos. Foram lançados no contexto museológico cearense o Fórum de Museus Indígenas do Brasil e o Fórum Estadual de Museus Indígenas do Ceará, em 2015, na aldeia Kanindé do Sítio Fernandes, em Aratuba, eventos que seguem acontecendo⁵.

Em 2009, iniciativas museais indígenas eram movimentos latentes em distintas comunidades e passam a surgir com os editais Pontos de Memória, mas também por outras iniciativas, como o “Projeto emergências étnicas: índios, negros, e quilombolas no Ceará”. Nesse ano, a Secult-CE, Alexandre Gomes e João Paulo Vieira lançam *Museus e memória indígena no Ceará: uma proposta em construção*, livro que registra o trabalho que visava à elaboração de políticas públicas para o patrimônio e a preservação (GOMES, 2016b).

Em Pernambuco, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a partir de 2010, realiza ações com indígenas no estado, como o Projeto Museus Indígenas em Pernambuco da Pró-Reitoria de Extensão, em 2012, envolvendo dez povos indígenas e o curso de Museologia. Também o Encontro de Museus Indígenas em Pernambuco (2012 e 2014) que, na segunda edição, lança a Rede Indígena de Memória e Museologia Social (GOMES, 2016a).

⁵ Adiados em 2020 devido à pandemia do coronavírus.

Em São Paulo, com a parceria entre a Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari) e o MAE-USP, o Museu Índia Vanuíre realiza, desde 2012, o Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus. A oitava edição do Encontro aconteceu em 2019, com forte presença dos grupos indígenas do centro-oeste e oeste paulista, e publicações com os resultados dos debates. No MAE-USP, há décadas, a professora Fabíola Silva colabora com Xikrin e Asurini. Nesse museu também é ministrado o curso Museologia para Indígenas, pela autora deste artigo.

No *Dossiê “Patrimônio indígena e coleções etnográficas”*, podemos constatar diversas formas de se referir à colaboração, como museologia colaborativa e curadoria compartilhada, mas também etnomuseologia, ou seja, “práxis centrada na colaboração direta e autoral com representantes dos povos indígenas, cujas coleções fazem parte dos acervos museais” (FRANÇOZO; BROEKHOVEN, 2017, p. 709). O dossiê publica artigos de pesquisadores e colaboradores do Museu Paraense Emílio Goeldi. No Brasil, apesar dos avanços das políticas públicas museais, um caminho ainda precisa ser traçado para aprofundamentos voltados aos direitos indígenas. Há experiências relevantes que podem subsidiar sua elaboração. Nesse caso, os museus universitários têm suas contribuições a apresentar.

3 POLÍTICA DE ACERVO: REQUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO⁶

No Brasil, temos bons exemplos de ações de colaboração em museus, e destacamos as instituições universitárias que se dedicam a esse enfrentamento, particularmente os MAE – Museus de Arqueologia e Etnologia das Universidades Federais do Paraná (UFPR) e Santa Catarina (UFSC), o Museu Nacional (MN-UFRJ), o Museu Antropológico (UFG), como valeria a pena registrar o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu do Índio (Funai), todos locais de efetivas ações colaborativas com indígenas (CURY, 2017). Neste artigo, trazemos a contribuição do MAE-USP.

Em alguns museus etnográficos, arqueológicos e universitários, temos coleções formadas há mais de um século. No MAE-USP, instituição criada em 1989, as coleções indígenas do acervo são procedentes do antigo MAE, do Acervo Plínio Ayrosa (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP)

⁶ Projeto Museu – Requalificação de coleções, financiamento CNPq, proc. 44368320158.

e do Museu Paulista (MP). As coleções de base para o processo colaborativo em pauta foram transferidas do MP com outras, conforme levantamento (DAMY; HARTMANN, 1986).

A requalificação de coleções vem a superar a distância entre coleção, seu coletor e museu que a guarda, e o grupo cultural relativo aos *musealia*. Nesse sentido, os grupos indígenas não reconhecem a curadoria museal na sua totalidade, lembrando que os sistemas documentais museológicos com a catalogação e classificação são lógicas museais, ou seja, formas de representação.

Apesar do reconhecimento do valor da instituição ocidental do museu, o processo de tradução do conceito para as comunidades tribais⁷ nem sempre foi fácil ou direto. A noção de curar objetos tem sido historicamente estranha e, às vezes, culturalmente problemática para muitas comunidades nativas. (HOERIG, 2010, p. 67, tradução nossa)

Na virada para o século XXI já ocorre a requalificação de coleções com participação indígena em todo o mundo.

Essa solução, que busca confrontar a ausência de dados e informações sobre os objetos, tem se mostrado um caminho criativo e levado a novas demandas que impõem também aos museus coloniais a tomada de uma posição política. Romper com a distância temporal estabelecida “chamando” os indígenas “ao tempo da Antropologia” vai acabar por instaurar nessa uma nova relação com a história. (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 22)

A requalificação de coleções vem também a preencher o caráter cíclico dos estudos curatoriais, porque não se esgotam, mas também o potencial polissêmico e multivocal dos museus, pela diversidade de participações e da interculturalidade:

uma coleção etnográfica como um documento que pode ter muitas possibilidades de leitura. Ela é formada a partir de uma determinada visão do coletor, em um contexto complexo de interação com os produtores, em momento histórico particular. Ao mesmo tempo, ela é constituída por objetos que possuem uma história e uma realidade própria, cujos significados são múltiplos e que não se reduzem, evidentemente, à lógica institucional dos museus e ao sistema de classificação museográfica. (SILVA; GORDON, 2011, p. 19)

⁷ Foi mantida a tradução direta. Mas no Brasil o mais adequado seria “comunidades indígenas”.

Sob o ângulo das reivindicações indígenas à musealização:

A associação dos povos indígenas às práticas interpretativas das coleções desconstruiria a visão dos coletores e das técnicas museais vigentes e reconstruiria uma nova percepção das mesmas. A apreensão dos objetos etnográficos, enquanto artefatos dotados de uma função e uma significação, sofreria então uma mudança qualitativa, pois seria portadora de um poder evocativo e de mediação. Nessa ótica, os objetos etnográficos seriam apreendidos menos como testemunhos de culturas tradicionais e mais como suportes de um discurso identitário de povos longamente silenciados nessas instituições. (VELTHEM, 2012, p. 64).

Sob a ótica da indigenização:

Nas mãos dos indígenas, o uso dos seus acervos põe em funcionamento o potencial crítico das suas coleções – isto é, dos seus objetos, suas imagens e suas narrativas –, contestando as histórias e as historiografias coloniais, indigenizando o conhecimento e realizando demarcações de natureza política. (ROCA, 2019, p. 132)

A requalificação de coleções, termo para estudos contemporâneos sobre as coleções, atualizando-as, é uma possibilidade de colaboração com indígenas quando participam como curadores dos objetos de seus ancestrais, e não como informantes de pesquisa e de pesquisadores. Logo, supõe-se que estarão a serviço de suas culturas e ancestrais, e não do museu e da equipe de profissionais, sem ignorar os ganhos do museu com tal ação.

Um dos desafios da colaboração é o estabelecimento de uma relação equilibrada na tomada de decisões, como também de estabelecer uma relação de confiança, lembrando que a sociedade brasileira nega em grande medida os indígenas que dela fazem parte, como ainda o histórico sobre as superadas práticas de coleta e formação de coleções do passado. O primeiro trabalho entre a pesquisadora em museologia responsável pela ação com os grupos Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena foi em 2010 (CURY, 2016b); outros seguiram sempre com o museu como lugar de protagonismo indígena (CURY, 2016b). Tal relação foi importante para a confiança depositada sobre a pesquisadora, a equipe envolvida e o MAE.

Durante os trabalhos de campo no primeiro semestre de 2017 nas três Terras Indígenas, fotografias dos objetos das coleções foram levadas para uma aproximação. Os participantes sabiam das coleções, alguns já haviam visto alguns objetos, mas, com as fotos, puderam ver os conjuntos.

Em julho de 2017, foi possível a ida dos três grupos ao MAE-USP como etapa do projeto expográfico e educacional, e a requalificação das coleções.

Os trabalhos aconteceram em três tardes de uma semana, com representantes Kaingang⁸, Guarani Nhandewa⁹ e Terena¹⁰, tratados e referenciados no projeto como curadores indígenas. Na parte da manhã, eram feitas visitas técnicas ao MAE-USP: reserva técnica, laboratórios de arqueologia e etnologia, espaço de exposição, acesso ao programa de educação etc., para saberem onde estavam e como trabalhamos – o que fazemos com os objetos dos seus ancestrais. O entendimento do que seja um museu universitário, sua trajetória, políticas, ações, decisões e outros aspectos do seu estatuto conceitual e programas de atuação é um ponto primordial da metodologia colaborativa, assim como entender o museu na sua historicidade e articulação com as políticas públicas museais (CURY, 2019b).

No MAE-USP, a requalificação aconteceu entre todos os agentes, indígenas e profissionais de museus em rodas de conversa em torno dos objetos. A composição dos participantes ficou sob responsabilidade das lideranças, heterogênea em termos de idade – mais velhos e mais jovens –, caciques e lideranças políticas, professores indígenas, pajés e seus assistentes. Os mais velhos, detentores dos saberes, além de se reencontrarem com objetos e lembranças dos antigos, queriam uma relação com os mais jovens por meio de cada um dos objetos. As conversas aconteciam livremente, muitas vezes

8 Os curadores Kaingang são: da TI Icatu, Ronaldo Iaiati, Adriano Cesar Campos, Deolinda Pedro, Neusa Umbelino, Maria Rita Campos, Carlos Roberto Indubrasil, Rosimeire Iaiati Indubrasil, Adriana Victor Rodrigues Campos, Amauri Pedro, Ana Paula Victor Campos, Camila Vaiti Pereira da Silva, Luiz Henrique Indubrasil, Raphael Iaiati, Roberta Iaiati Indubrasil; da TI Vanuíre, Dirce Jorge Lipu Pereira, Susilene Elias de Melo, Ena Luisa de Campos, José da Silva Barbosa de Campos, Mariza Jorge, Itauany Larissa de Melo Marcolino, Ana Carolina Jorge, Joaquim Antônio Jorge, Kauê Lucas de Melo Deodato, Luiz Fernando Jorge, Paloma Jorge, Pedro Henrique de Melo Deodato.

9 Os curadores Nhandewa são: Claudino Marcolino, Gleyser Alves Marcolino, Creiles Marcolino da Silva Nunes, Tiago de Oliveira, Alcício Honório, Claudinei de Lima, Carlos Eduardo Marcolino Honório, Carolini Carvalho Marcolino Honório, Cledinilson Alves Marcolino, Cleonice Marcolino dos Santos, Elber Cristiano da Silva, Gleidson Alves Marcolino, Jamile Marcolino, Jederson M. S. dos Santos, João Victor Pereira, Josias Marcolino, Josué Marcolino, Kessy Cristina Marcolino, Kethilin Cristina Marcolino, Larissa Marcolino da Silva, Lucas Honório Marcolino, Maria da Glória Marcolino, Natieli Honório Cruaia, Poliana Viliálba Cezar, Samuel de Oliveira Honório, Tiago de Oliveira, Vanderson Lourenço, Vanessa Cristina Feliciano e Weriquis Honório Marcolino.

10 Os curadores Terena são: da Aldeia Ekeruá, TI Araribá – Jazone de Camillo, Ingracia Mendes, Alício Lipu, Admilson Felix, David da Silva Pereira, Gerolino César, Afonso Lipu, Analu Lipu, Luzia Felix, Natalia Lipu da Silva, Vandrielle Daiane da Silva Pereira; da TI Icatu – Rodrigues Pedro, Candido Mariano Elias, Edilene Pedro, Licia Victor, Marcio Pedro, Ranulfo de Camillo; da TI Vanuíre – Ana Paula José, Marcio Lipu Pereira Jorge.

entre os indígenas, às vezes na própria língua, depois se colocavam para a equipe do museu, começando pelos mais velhos, um complementando a ideia do outro, os jovens, no geral, manifestavam a emoção de ver os objetos museológicos. A equipe do museu, por sua vez, esperava o momento para fazer questões específicas, como matéria-prima, técnicas, uso etc., sem interromper as trocas entre os indígenas ou alguma narrativa que se desenvolvia espontaneamente. Nesse sentido, não há um protocolo de observação dos profissionais de museus sobre os indígenas, mas uma interação, quando todos se observam mutuamente. Igualmente, não há entrevistas, isso seria um procedimento para atender às demandas de pesquisadores. Nesses dias, trabalhamos formas de interação como partes da dialógica para a construção da interculturalidade (BARONA, 2016), mediante uma pauta de trabalho compartilhada, aberta e flexível. Ainda sobre a metodologia, buscamos quebrar a “ilusão museal” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019), aproximando os indígenas das suas heranças culturais e, com os devidos cuidados, rever as formas de coleta e formação de coleções no passado, procedimento que nos leva a revelar o *modus operandi* do museu, buscando novas políticas de gestão de coleções no presente. A requalificação requer a participação direta de “comunidades políticas” – no caso, as indígenas com suas pautas de reivindicações, entre elas o direito à memória e à musealização. De outra parte, contrariamente à “higienização” do museu, substituímos o “silenciamento” histórico e o “apagamento de narrativas e personalidades” (PRICE, 2016) pela incorporação de questões atuais vindas dos indígenas, não como uma concessão, mas como um direito.

Os trabalhos foram gravados com autorização dos indígenas, que viram nos vídeos um registro para o futuro das gerações que virão – seus netos, bisnetos. Para o MAE-USP, esses vídeos consistiram em registros de informações para a exposição e o catálogo compartilhado das coleções, outra etapa do projeto colaborativo. Por isso seu conteúdo, inédito e original, mesmo que parcialmente, não é divulgado. Os vídeos foram transcritos¹¹ e os conteúdos revisados – retirando-se aquilo que era para falar, mas não publicar, o que reafirma a confiança. Pela vontade e com a anuência dos interessados, as transcrições serão publicadas em forma de livro: três livros

¹¹ Devemos muitos agradecimentos aos alunos bolsistas da Divisão de Apoio à Cultura e Extensão (Dape).

como opção autoral, ou seja, eles querem ser autores de suas próprias histórias escritas e publicadas, não obstante a relevância e o poder da oralidade, reservada para outras situações – como a aprendizagem em casa e no dia a dia – e questões, muitas vezes restritas ou segredos. Segundo Dirce Jorge Lipu Pereira, Kaingang, TI Vanuíre, SP¹²:

Meu nome é Inã, que significa mãe. Sou Kujã [pajé], sou Kaingang. O que significa pra nós, o livro [lançado com artigos dela], é nós contando a nossa história, nós mesmos contando a nossa história, do jeito que a gente fala. E o livro vai ser escrito do jeito que a gente fala da nossa cultura, do nosso povo, porque isso é muito importante pra nós, que fala da nossa cultura, não é outras pessoa. O que tá escrito no livro é do mesmo jeito, a mesma linguagem que a gente fala, não é a voz do não índio, é a voz do índio, é a voz nossa, nós indígena. Isso, pra nós, é muito importante, porque não é outras pessoa que tá contando a história indígena, é nós mesmo que tamo contando a nossa história, isso é muito importante pra mim, não só pra mim, mas para o nosso povo isso é muito importante, e nós temos muito orgulho de falar de nós mesmo. Isso é muito orgulho!

Cada grupo realizou a seleção de objetos para a exposição “Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas – Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena”. As principais decisões sobre a exposição foram tomadas pelos curadores indígenas: escolha do acervo, pesquisa, preparação de textos e etiquetas, estrutura da narrativa integrando passado, presente e futuro para a autorrepresentação.

O trabalho de requalificação não surpreendeu no que se refere às constatações de Clifford (1997) quanto ao atendimento das necessidades e pautas indígenas contemporâneas pelo contato e diálogos a partir dos objetos dos ancestrais. Também não surpreendeu em relação às críticas trazidas pelos indígenas sobre os museus (AMES, 1992), tampouco quanto à habilidade indígena para estabelecer parcerias (TURNING..., 1992) e acordos para uma democracia na interculturalidade (BARONA, 2016) na relação com profissionais de museus. O resultado, entretanto, recai sobre o museu e sua capacidade de ampliar o foco da representação para a autorrepresentação. Indo além, no museu universitário, a assimetria com os

12 Vídeo disponibilizado em Facebook, Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, 18 de maio de 2020.

povos indígenas assume

formas diversas, mutáveis e permeáveis. Os supostos “observados” [os indígenas] não só fazem parte daqueles que visitam os museus como “observadores”, mas, principalmente, organizam e dirigem aquilo que se observa, que já não são os objetos em si mesmos, e sim as relações sociais tecidas em torno deles. Por sua vez, os supostos “observadores” [profissionais de museus] são apanhados, deslocados e interpelados por discursos que, inevitavelmente, os incluem e os tornam “observados”. (ROCA, 2019, p. 135)

Os trabalhos foram emocionantes, muitas lembranças e recordações dos antepassados, a espiritualidade evocada e participante na curadoria (CURY, 2020a, 2020b, 2019a). O que pode parecer inusitado, mas não para os indígenas, é a presença dos encantados nos trabalhos e em sua condução. No caso, se não acreditamos, porque cada um tem sua crença, devemos respeito e, sobretudo, reflexão de como incorporar os saberes na prática museal, uma vez que ensinamentos e as orientações fazem parte do trabalho dos indígenas conosco, profissionais de museus, afinal, os indígenas também têm pretensões de nos ensinar. Poderia afirmar que hoje não querem ser informantes e, talvez por isso, falam e contam mais muitas vezes, porque reservam para nós uma oportunidade de aprendizagem, o que é importante na constituição de um trabalho conjunto. No entanto, para alguns,

o museu etnográfico parece nunca poder limpar-se da poeira temática, epistemológica, ética e estética que acumulou durante o longo reinado do seu modelo clássico, e portanto nunca poder libertar-se do risco de produzir representações mais ou menos reificadas e essencializadoras. (DURAND, 2007, p. 377)

As escolhas dos objetos das coleções provocaram outro movimento: a preparação de objetos não somente para a exposição, mas para doação, o que podemos considerar como resultado do trabalho que aconteceu espontaneamente, colocando lado a lado a herança recebida dos antepassados (as coleções) e o legado às futuras gerações (as coleção em musealização).

Os Guarani Nhandewa¹³ trouxeram consigo um conjunto de objetos na requalificação e prepararam outros depois para complementar. A esse conjunto chamo de Coleção Guarani Nhandewa, esclarecendo a origem,

¹³ Esse grupo tem também seu projeto museal, cf. Oliveira *et al.* (2020).

Aldeia Nimuendaju, da TI Araribá. Eles foram enfáticos com as doações para o MAE-USP, esclarecendo: guardar, como os vídeos da requalificação, para as futuras gerações Nhandewa, para fazerem parte da história desse grupo, como outros são hoje para eles. As peças foram preparadas por artesãos, professores e alunos da Escola Indígena Aldeia Nimuendaju.

Para a colaboração, o grupo Terena estava formado por integrantes da TI Icatu e da Aldeia Ekeruá, TI Araribá, e dois membros da TI Vanuíre. Deles tivemos a doação do sr. Rodrigues Pedro: uma faixa masculina de tecido para cintura, que ganhou na juventude da própria artesã – sua mãe. O doador me entregou em mãos quando o visitei na TI Icatu. Insistiu que a levasse e, quando lhe disse para guardar para o neto, me respondeu, “guarde no museu”.

O grupo Kaingang das TI Icatu e Vanuíre doaram peças de cerâmica, seguindo a tradição ceramista desse povo. As peças foram preparadas pelas mais velhas, que aprenderam com suas avós e mães, mas também por meninas orientadas hoje pelas avós. A Kujã, líder espiritual, Dirce Jorge Lipu Pereira, preparou e doou duas vestimentas completas de dança para menina e menino. Primeiro, quis o esclarecimento de quantas seriam: dois conjuntos, “*um para a exposição e outro para o Museu?*”. Foi explicado que era uma coisa só, que primeiro ficariam expostos e, depois, integrados ao acervo. Quando os conjuntos foram entregues, perguntei sobre a motivação para a doação¹⁴, ao que responderam: “*para o museu guardar por 100 anos para nossos netos*”. A Kujã pegou o argumento favorável ao museu: “*nós guardamos esta peça por mais de 100 anos*”, ao nos referir ao Camisão (RG3285) têxtil Kaingang coletado anteriormente 1914. Pois bem, precisaremos guardar mais estas.

Sobre formação e gestão de coleções, os indígenas colecionam em seus museus. Dois exemplos conhecidos: o Museu Kanindé da Aldeia Fernandes (Aratuba, CE) se constituiu pela coleção formada e organizada pelo cacique Sotero, José Maria Pereira dos Santos, curador da coleção classificada por ele como Coisas dos índios, Coisas dos velhos ou Coisas dos antigos e Coisas das matas (SANTOS, 2016) – brilhante ao meu ver, único e inédito, especial

14 O processo de doação passará pelos trâmites internos.

por isso. Como também é o Museu Worikg¹⁵ – Sol Nascente na tradução – da cultura Kaingang na TI Vanuíre (Arco-Íris, SP). A proposta desse museu é falar da história da TI Vanuíre e das mulheres antigas que se destacaram na luta pela cultura, como a Worikg. A coleção inicial do Museu foi formada por Jandira Umbelino, Kujã falecida em 9 de fevereiro de 2016. Sem saber, dona Jandira pediu para a filha Dirce Jorge Lipu Pereira, gestora e curadora do Museu, guardar os objetos com zelo – pedido inusitado, pois os Kaingang têm seus objetos desfeitos após o falecimento. Já adoentada, ela pode ver o destino dos seus guardados, quando o Museu foi criado em 15 de agosto de 2015. Hoje, a coleção Jandira Umbelino integra o acervo do Museu Worikg e é uma das estratégias de reconhecimento do papel da grande Kaingang para a tradição e, principalmente, a espiritualidade e o sagrado.

Em ambos os museus indígenas e em muitos outros, os objetos são recolhidos, organizados e mantidos para benefícios do coletivo, mas expostos também à visitação pública, pois uma das finalidades primordiais desses museus é o diálogo com os não indígenas.

Os museus tribais¹⁶ têm, ou têm acesso direto às Histórias, histórias, perspectivas e entendimentos que podem transformar uma coleção de objetos em experiências significativas de aprendizagem inter (nativas para não nativas) e intraculturais (dentro de comunidades nativas).¹⁷ (HOERIG, 2010, p. 65, tradução nossa)

Os indígenas se surpreendem com informações e visões do passado sobre a perspectiva do desaparecimento dos povos indígenas pela integração à sociedade ocidental. Assim, a antropologia e muitos museus coletaram os objetos como documento:

Os antropólogos do século XIX e início do século XX viam os museus como locais para preservar vestígios de culturas em desaparecimento. Os defensores dos museus nativos meio século ou mais depois viram os museus tribais como instituições que poderiam ajudar a garantir que essas culturas não desaparecessem. (HOERIG, 2010, p. 67, tradução nossa)

15 Sobre Museu Worikg, cf. Pereira, Melo e Marcolino (2020).

16 Foi mantida a tradução direta, mas no Brasil usamos “museus indígenas”.

17 *Tribal museums have, or have direct access to, the histories, stories, perspectives, and understandings that can transform a collection of objects into meaningful inter- (native to non-native) and intra- (within native communities) cultural learning experiences.*

O que constatamos hoje é o reconhecimento dos 256 povos indígenas no Brasil¹⁸ e cada vez mais, a procura indígena pelos objetos de suas culturas nos museus, coletados conforme políticas de formação de coleções do passado. Ainda, a expectativa de saber em quais museus esses objetos estão. Mas, cada vez mais, querem estar nos museus para exercerem a autorrepresentação, mas também discutir curadoria e orientar sobre aquilo que é sagrado (BARBOSA *et al.*, 2020) e sobre remanescentes humanos (PEREIRA; MELO, 2020), pontos sensíveis e complexos que os EUA já superaram com políticas públicas museais que elaboraram desde os anos de 1970, e o Canadá, com acordos construídos pelo diálogo.

A participação indígena na musealização traz novas questões às discussões sobre formação de coleções, o que leva a enfrentar os entraves da política de gestão de acervo, ou seja, o gargalo colonizador do museu etnográfico, os critérios do que entra ou não e a representação. Há disposição política, mas deveremos desvendar antigos protocolos, ampliando as práticas para novas incorporação, a considerar também a documentação museológica, estruturada como representação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na colaboração, a preocupação com a política de gestão de acervo é um ponto fundamental. Experiências com indígenas podem gerar a coleta de materiais, informações e conhecimentos, muitas vezes registrados em áudio, vídeo e fotografias que integrarão o museu. Se essa coleta não é nova para os museus, o que se coloca são os direitos indígenas, e a colaboração e a indigenização nos trazem desafios e orientações (ROCA, 2019; ROCA, 2015), mas temos também que construir outras lógicas e normativas para que direitos à privacidade, imagem e outros que os museus devem seguir, com atenção a idosos e crianças, letrados e iletrados, “as culturas e os saberes indígenas, assim como o indígena individual, em grupo e/ou coletivamente, tenham suas autorias, imagens e personalidades preservadas pelo museu e nos espaços do museu” (CURY, 2016a, p. 16-17). No momento, os manuais de gestão de acervo não dão conta desse nova problemática, pois, antes,

18 Cf. *Quadro geral dos povos*, disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em: 21 jun. 2020.

as políticas públicas museais precisam avançar no sentido das demandas, “resguardando seus desejos atuais e motivações para as futuras gerações de indígenas e de profissionais que atuam nas instituições envolvidas, considerando o caráter de permanência dos museus” (CURY, 2016a, p. 16-17). O *Turning the page* (1992) no Brasil ainda não se deu para os museus na relação com os indígenas, o que não significa que não haja trabalhos, metodologias e tecnologias desenvolvidos pelos museus universitários e etnográficos para serem a base da elaboração de políticas públicas museais, no sentido dos direitos indígenas à musealização. O museu universitário é um lugar estratégico para realizações de interesse para os povos indígenas, porque é um espaço político, preserva os objetos coletados no passado, permite ações intergeracionais em torno da tradição e da ancestralidade, visibilidade, lugar de fala e de preservação de objetos contemporâneos para as futuras gerações, ou seja, lugar político de luta.

Na descolonização, o museu universitário vai além, pois os indígenas são agentes ativos no museu e seus saberes são constitutivos do estatuto conceitual de cada instituição. Nesse museu, os indígenas são curadores (CAMPOS, 2020), nos museus indígenas são gestores e curadores (AFONSO, OLIVEIRA, DAMACENO, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2020; PEREIRA, MELO, MARCOLINO, 2020; SANTOS, 2016) e onde exercem sua autoridade de forma autônoma e plena.

A museologia crítica, no enfrentamento constante da crise do museu – crise esta que ajuda a explicitar – questiona a hegemonia e deflagra o pensamento colonialista. A museologia social é contra-hegemônica quando realiza museus comunitários, indígenas, quilombolas, de terreiro e outros que não se incluem na pauta do neoliberalismo. Também quando, no museu tradicional e universitário, ativa seus pressupostos de participação pela colaboração.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. D. C.; OLIVEIRA, J. B.; DAMACENO, H. C. Museu Akâm Orâm Krenak – Terra Indígena Vanuïre. In: CURY, M. X (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: SEC-SP, ACAM Portinari, Museu Índia Vanuïre, MAE-USP, 2020. p. 66-75. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786599055706>. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/464>. Acesso em: 21 dez. 2020.

AMES, M. M. *Museums, the public and anthropology: an examination on anthropology and museums in the western world*. Vancouver: University of British Columbia, 1985. (Ranchi Anthropology Series).

AMES, M. M. (1990). Cultural empowerment and museum: opening up anthropology through collaboration. In: PEARCE, S. (ed.). *Objects of knowledge*. London: Athlon, 1990. p. 158-173.

AMES, M. M. *Cannibal tours and glass boxes: the anthropology of museums*. Vancouver: University of British Columbia, 1992.

BARBOSA, P.; PITAGUARY, F.; ELIAS, S. E., PEREIRA, D. J. L.; MARCOLINO, G. A.; MARCOLINO, C. A. O sagrado no museu. In: CURY, M. X. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: SEC-SP, ACAM Portinari, Museu Índia Vanuíre, MAE-USP, 2020. p. 37-47. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786599055706>. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/464>. Acesso em: 21 dez. 2020.

BARONA TOVAR, F. Museos, antropologia e identidades culturales en Colombia. In: LIMA FILHO, M. F.; ABREU, R.; ATHIAS, R. *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora UFPE, 2016. p. 57-71.

BOLAÑOS ATIENZA, M. La belleza de las crisis. *Museos.es*, n. 5-6, p. 18-27, 2009-2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. Portaria Nº 315, de 6 de setembro de 2017. Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, ed.174, Seção 1, p.6, 11 set. 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/19284452/doi-2017-09-11-portaria-n-315-de-6-de-setembro-de-2017-19284342. Acesso em: 21 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus: memória e cidadania*. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/politica-nacional-de-museus-memoria-e-cidadania/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

CAMPOS, J. S. B. A exposição Fortalecimento da Memória Tradicional Kaingang – de Geração em Geração. In: CURY, M. X. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: SEC-SP, ACAM Portinari, Museu Índia Vanuíre, MAE-USP, 2020. p. 89-96. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786599055706>. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/464>. Acesso em: 21 dez. 2020.

CARVALHO, A. Decifrando conceitos em museologia: entrevista com Mário Caneva Moutinho. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 4, n. 8, p. 252-269, 2015.

CLIFFORD, J. Museums as contact zone. In: CLIFFORD, J. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997. p. 188-219.

COLWELL, C.; LOPES, R. de A. Arqueologia colaborativa não é o fim. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 34, n. 34, p. 41-47, 2020.

CURY, Marília Xavier. A espiritualidade indígena na pauta da descolonização da Museologia – a ressacralização do museu e as curadorias [inusitadas]. In: MAGALHÃES, F.; COSTA L. F.; HERNÁNDEZ, F.; CURSINO, A. *Museologia e patrimônio*. v. 3. Leiria: Politécnico de Leiria, 2020a. p. 179-208.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 17, p. 129-146, 2020b.

CURY, Marília Xavier. The sacred in museums, the Museology of the sacred: the spirituality of indigenous people. *ICOFOM Study Series*, n. 47, p. 89-104, 2019a.

CURY, Marília Xavier. Museu e exposição: o exercício comunicacional da colaboração e da descolonização com indígenas. In: *Museu Goeldi: 150 anos de ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019b. p. 313-348.

CURY, Marília Xavier. Circuitos museais para a visitação crítica: descolonização e protagonismo indígena. *Ritur Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 7, p. 87-113, 2017.

CURY, Marília Xavier. Direitos indígenas no museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão – Introdução. In: CURY, M. X. (org.). *Direitos indígenas no museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão*. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016a. p. 12-22. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788563566201>. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/116>. Acesso em: 21 dez. 2020.

CURY, Marília Xavier. Relações (possíveis) museus e indígenas: em discussão uma circunstância museal. In: LIMA FILHO, M. F.; ABREU, R.; ATHIAS, R. (org.). *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: UFPE: ABA, 2016b. p. 149-170.

DAMY, A. S. A.; HARTMANN, T. As coleções etnográficas do Museu Paulista: composição e história. *Revista do Museu Paulista*, v. 31, p. 220- 272, 1986.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DUARTE, A. Nova museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Revista Museologia e Patrimônio*, v.6, n. 2, p. 99-117, 2013.

DURAND, J. Y. Este obscuro objeto do desejo etnográfico: o museu. *Etnográfica*, v. 11, n. 2, p. 372-386, 2007.

FABIAN, J. O outro revisitado: considerações críticas. In: OLIVEIRA, J. P. ; SANTOS, R. C. M. (org.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. João Pessoa: UFPB, 2019. p. 29-50.

FRANÇOZO, M.; BROEKHOVEN, L. Dossiê “Patrimônio indígena e coleções etnográficas”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 12, n. 3, 709-711, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300002>. Disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/#>. Acesso em: 21 dez. 2020.

GALINDO, L. A. El museo de Quai Branly-Jean Chirac. El discurso normativo de la museología. *Revista del Museo de Antropología*, v. 12, n. 1, p.101-104, 2019.

GOMES, A. O. “O passado vai tá sempre na frente do presente”: museus indígenas em rede, etnografia em processo. In: CURY, M. X. (org.). *Direitos indígenas no museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão*. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016a. p. 195-217. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788563566201>. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/116>. Acesso em: 21 dez. 2020.

GOMES, A. O. Por uma antropologia dos museus indígenas: experiências museológicas e reflexões etnográficas. In: CURY, M. X. (org.). *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016b. p. 133-155. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788563566171>. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/86>. Acesso em: 21 dez. 2020.

- HOERIG, K. A. From third person to first: A call for reciprocity among non-native and native museums. *Museum Anthropology*, v. 33, n. 1, p. 62-74, 2010.
- LORENTE, J. P. El giro crítico en la Historia del Arte y en la Museología ante el reto de musealizar in situ el street art. In: Oliveira, E. D.; Couto, M.F.M.; MaltA, M. (org.). *Histórias da arte em museus*. Rio Books, 2020. p. 11-23.
- MIGNOLO, W. Museus no horizonte colonial da modernidade. Garimpando o museu (1992) de Fred Wilson. Tradução de Simone Neiva Loures Gonçalves e Gisele Barbosa Ribeiro. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 7, n. 13, p. 309-324, 2018.
- MORALES MORENO, L. G. Museología subalterna (sobre las ruinas de Moctezuma II). *Revista de Indias*, v. 72, n. 254, p. 213-238, 2012.
- OLIVEIRA, J. P.; SANTOS, R. C. M. (org.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. João Pessoa: UFPB, 2019.
- OLIVEIRA, T.; MARCOLINO, C.; MARCOLINO, G. A.; MARCOLINO, C. A.; CEZAR, S. N. L. (2020). Guarani Nhandewa: museu das lembranças e dos sentimentos – Aldeia Nimuendaju. In: CURY, M. X. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: SEC-SP, ACAM Portinari, Museu Índia Vanuíre, MAE-USP, 2020. p. 50-65. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786599055706>. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/464>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- PEREIRA, D. J. L.; MELO, S. E. Ética: remanescentes humanos em museus. In: CURY, M. X. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: SEC-SP, ACAM Portinari, Museu Índia Vanuíre, MAE-USP, 2020. p. 32-37.
- PEREIRA, D. J. L.; MELO, S. E.; MARCOLINO, I. L. M. Museu Worikg – Kaingang, T.I. Vanuíre. In: CURY, M. X. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: SEC-SP, ACAM Portinari, Museu Índia Vanuíre, MAE-USP, 2020. p. 85-88. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786599055706>. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/464>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- PRICE, S. Higienização da cultura: poder e produção de exposições museológicas. In: LIMA FILHO, M. F.; ABREU, R.; ATHIAS, R. *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora UFPE, 2016. p. 273-283.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- ROCA, Andrea. O retorno dos protagonistas: objetos, imagens, narrativas e experiências indígenas nos processos de indigenização dos museus na província da Colúmbia Britânica, Canadá. In: MAGALHÃES, Ana Gonçalves (Org.). *Anais do 3º Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia: o futuro dos museus e os museus do futuro*. São Paulo: MAC-USP, 2019. p. 118-136.
- ROCA, Andrea. Museus indígenas na Costa Noroeste do Canadá e nos Estados Unidos: colaboração, colecionamento e autorrepresentação. *Revista de Antropologia*, v. 58, p. 117-142, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2015.108515>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/108515>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- SANTOS, S. S. Os Kanindé no Ceará. O Museu indígena como uma experiência em museologia social. In: CURY, M. X. (org.). *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: MAE-USP, 2016. p. 156-160. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788563566171>. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/86>. Acesso em: 21 dez. 2020.

SANTOS, S. S. *Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas*. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13122017-091321/pt-br.php>. Acesso em: 21 dez. 2020.

SANTOS, V. M. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, n.30, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-976647>. Acesso em: 21 dez. 2020.

SILVA, F. A.; GORDON, C. (orgs.). *XikrIn: uma coleção etnográfica*. São Paulo: Edusp, 2011.

TURNING THE PAGE: Forging new partnerships between museums and First Peoples – Task Force on Museums and First Peoples. (1992). Ottawa, Canada: Assembly of First Nations, Canadian Museum Association.

VELTHEM, L. H. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas, Belém*, v. 7, n.1, p. 51-66, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a05v7n1.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

ZAVALA, L. *Antimanual del museólogo: hacia una museología de la vida cotidiana*. México, UAM: INHAH: Conaculta, 2013.

